

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

1^a

Aos vinte e dois dias do mês de Outubro do ano dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, às dezasseis horas, no Auditório da Casa da Cultura de Mogadouro, sob a presidência da Mesa, Ilídio Granjo Vaz, da Primeira Secretária Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves e do Segundo Secretário Abel Maria Barranco. -----

----- O Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão, procedendo-se de seguida à chamada, tendo-se verificado a presença de cinquenta membros dos cinquenta e sete que constituem esta Assembleia: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Mário Humberto Afonso, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

----- Foram justificadas as faltas aos Deputados Municipais Ilídio Simões Martins, Pedro Miguel Coutinho Monteiro e Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta. -----

----- Não apresentaram justificação os Deputados Municipais Alfredo Justino Ribeiro, Luís Maria Mouro, Elisiário Emílio Cancela e Vítor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso. -

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa apresentou a Ordem de trabalhos, da qual constava como PONTO ÚNICO DA ORDEM DO DIA: --

----- *Análise e Deliberação sobre “SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA EM MOGADOURO – SUB / RELATÓRIO DA COMISSÃO TÉCNICA”*. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu então início à Sessão dizendo: “Boa tarde a todos e bem-vindos à Casa da Cultura. Em nome da Mesa da Assembleia Municipal saúdo a todos os presentes expressando os nossos melhores cumprimentos e saudações. -----

----- Duas notas antes de começarmos os trabalhos: -----

----- A primeira: é de que vamos dar início a uma sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. Nos termos do Regimento, apenas podem usar a palavra os membros que a compõem, sendo vedado ao público qualquer tipo de intervenção ou manifestação; -----

----- A segunda: é de que, decorridos os trabalhos da Assembleia, vamos abrir um espaço de diálogo aberto a todas as pessoas que quiserem intervir, e o tempo que quiserem intervir. -----

----- Encerrada a Sessão, e com a leitura e aprovação da acta, haverá esse espaço que eu julgo que seja proveitoso e esclarecedor a todos nós. -----

----- Assim sendo, declaro aberta a Sessão e aproveito para tecer uma breve consideração relativamente à oportunidade e fundamentação desta mesma Sessão. -----

----- Naturalmente que, as questões subjacentes aos cuidados de saúde da nossa população, estão intrinsecamente na origem da convocação da primeira sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Mogadouro. A presença de Vossas Excelências, que muito agradeço e saúdo, é bem demonstrativa das preocupações que todos sentimos quando se pretende dar mais um passo no retrocesso e empobrecimento da nossa terra. Diz o povo, e muito bem, que sem saúde não há nada. De facto, a saúde é o grande pilar que suporta a vida. E, é pela preservação e salvaguarda da nossa saúde, que vale a pena estarmos hoje aqui. -----

----- Aos senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta agradeço a vossa disponibilidade ao solicitar-lhes a tarde de Domingo ao serviço em favor da nossa comunidade. Na verdade, compete-nos, como representantes legítimos de todos os mogadourenses, a obrigação moral, cívica e política de lutar pelos superiores interesses das nossas populações, para que, de uma forma unida, e com a frontalidade e determinação que nos é reconhecida, sabermos assumir e tomar a posição mais adequada perante os órgãos do poder central relativamente a assuntos relevantes e de interesse tão crucial para o concelho, onde este, necessariamente, se inclui. -----

----- Não se trata de discutir ou defender opções de índole partidária mas, acima de tudo, de agir, face a um quadro, porventura negro, de alguma especulação emergente, decorrente de outras opções e forças políticas de âmbito distrital, as quais nos forcem, de uma forma decisiva, e numa atitude de liberdade e de cidadania, apoiar e subscrever o Relatório da Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de

Urgência Geral, recentemente criado por Despacho de Sua Excelência o senhor Ministro da Saúde, consignando Mogadouro como novo ponto de rede de Serviço de Urgência Básica, sabiamente atendendo, e muito bem, aos factores distância/tempo de trajecto, enquadramento e centralização no distrito de Bragança. Contudo, espero, e estou esperançado, que o Governo, em analogia com outras opções e decisões políticas que tem vindo a tomar no quadro da reorganização dos serviços do Estado, também suportadas em grupos de trabalho independentes, irá decidir bem e em benefício de Mogadouro. Seria indesculpável repetir-se o erro de há cerca de, mais ou menos, vinte anos atrás, quando a má decisão política se decidiu pela construção do Hospital de Macedo de Cavaleiros. -----

----- O referido Relatório encontra-se em discussão pública até final do mês de Outubro podendo ser consultado em todas as sedes de Juntas de Freguesia, na Assembleia Municipal e Câmara Municipal. Como foram distribuídas cópias a todos os membros da Assembleia, presumo que as tenham lido e analisado devidamente, pelo que, da minha parte, da parte da Mesa, dou a palavra à Câmara para se pronunciar. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “Vou fazer a apresentação do que é, ao fim e ao cabo, o Relatório. Não vou entrar em outro tipo de situações mas, para sabermos o que estamos a falar e o que estamos a discutir, devemos perceber quais são todos os fundamentos que deram origem a este Relatório. Assim sendo, o Ministério da Saúde solicitou um estudo técnico para reformular, melhorando, as Urgências. Para esse efeito, nomeou uma Comissão composta por onze profissionais médicos, especialistas em áreas especialmente relevantes da Urgência, tais como: Medicina Interna; Cirurgia Geral, Ortopedia e Anestesiologia Reanimação. É este conjunto de profissionais oriundos de diversas áreas geográficas, com experiência mantida na área da urgência e também na direcção e na gestão de urgências que ficou com a responsabilidade de elaborar uma nova rede de urgências. É este conjunto de profissionais de alto gabarito que constitui a Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgências Geral que produziu o Relatório agora em apreço. Desse Relatório, ressaltam essencialmente três pontos, que é como esta equipa entende que se deve organizar toda a Urgência, em termos de saúde, no país: -----

----- Primeiro ponto: este Relatório define os Níveis de Urgência. O que é que isto quer dizer? Até agora estes Níveis de Urgência nunca foram definidos. O Relatório diz que, a partir do momento em que seja implementado o estudo que eles acham que deve ser implementado, passaremos a ter Urgências de três tipos distintos – o Serviço de Urgência polivalente, que é o máximo, que é aquele que nós estamos habituados a ver nos hospitais centrais (Hospital de Santo António, Hospital de Santa Maria, Hospital de São João, por aí fora), que é aquele que chamam um

Serviço de Urgência polivalente; abaixo desse serviço ficarão os Serviços de Urgência Médico-Cirúrgicos (hospitais que não têm uma dimensão tão elevada como o polivalente, que tem todas as especialidades, mas que intervêm nos traumatizados, nas cirurgias de urgência – como eles chamam «médico-cirúrgico»), o que quer dizer que se podem fazer intervenções cirúrgicas também nesses hospitais; e depois, outro Nível de Urgência, que é o Serviço de Urgência Básica. E, este Serviço de Urgência Básica, tal como os outros, não estava definido, até agora, na Rede de urgências, pelo que, nós não podemos dizer se vamos perder ou não perder – a gente não pode perder uma coisa que não existe (ela não existe); o Serviço de Urgência Básico, até que seja implementado, é uma coisa que não existe; ele está definido por Portaria especial; diz como é que ele vai ter que ser constituído mas, neste momento, não existe. E, é para isso que aqui estamos todos, porque queremos que ele fique criado em Mogadouro, como aponta o Relatório. -----

----- Depois, dizer-vos que este Serviço de Urgência Básica não tem nada a ver com os SAP's. Nós estamos habituados a ouvir falar nos SAP's, o Serviço de Atendimento Permanente, que é aquilo que temos – que nós temos nos nossos Centros de Saúde – mas este Serviço de Urgência Básica não tem nada a ver com os SAP's. Mais: o SAP pode ser, neste contexto, considerado um sistema de Atendimento Rápido, mas nunca Urgente, nem nunca de Urgência Básica. Este Serviço de Urgência Básica que se quer criar, está definido que tem que ser composto por dois médicos, a trabalharem ao mesmo tempo, em simultâneo; por dois enfermeiros; e por equipamento especial que deve estar acoplado ao Serviço. Estes dois médicos têm que funcionar porque se houver necessidade de fazer o transporte acompanhado de algum doente para um Serviço de Urgência Médico-cirúrgico ou para um Serviço de Urgência Polivalente, então será acompanhado por um médico e ficará o serviço a ser assegurado com outros médicos. E, para que não haja dúvidas, estes serviços não têm que estar em nenhum hospital – os Serviços de Urgência Básica não têm que estar em nenhum Hospital. Por isso, o Relatório aponta sítios como o Centro de Saúde de Ponte de Lima; o Centro de Saúde de Valença do Minho; o Centro de Saúde de Montalegre e outros, para funcionar com o Serviço de Urgência Básica. -----

----- Outro ponto que aponta o Relatório é identificar os Pontos de Rede – identificados que estão os sítios onde se vai prestar os serviços, o tipo de sítios onde se vai prestar os serviços, então agora há que pô-los no terreno – e o Relatório tem a obrigação, também, de identificar os pontos onde cada um destes serviços vai ficar em termos do território – e assim identifica (e eu só vou falar no que diz respeito ao distrito de Bragança), identifica um serviço de Urgência Polivalente, o superior deles todos, em vila Real, que é para aí que o Distrito vai ter que enviar os seus utentes quando

necessitarem de serviços a este nível; identifica dois tipos de Urgência Médico-cirúrgica no distrito de Bragança – que é em Bragança e em Mirandela; e identifica um Serviço de Urgência Básica, a ser criado em Mogadouro. E, este é o segundo nível de situações que o Relatório define. -
----- Um terceiro nível é para definir a Rede de Referenciação, ou seja, quem vai para aqui ou quem vai para o outro lado. Eu quero-vos dizer que os critérios que foram utilizados para a identificação dos pontos de rede nas Urgências têm a ver com o tempo de resposta do socorro ao local; com o tempo de trajecto do serviço de urgência; com os pontos de rede por capitação; com a mobilidade sazonal; com os riscos de trauma; com os riscos industriais; com a actividade previsível no Serviço de Urgência; ou seja, para se chegar à conclusão que o Relatório chegou, tiveram que ser analisados, e tiveram que ser vistos, e implementados uma quantidade de critérios que foram aqueles que acabei de vos dizer. E, é na conjugação de todos estes critérios que a comissão entendeu que, tecnicamente – tecnicamente – o Serviço de Urgência Básico deveria ser montado em Mogadouro (eu não disse mantido – porque ele não existe; deveria ser montado em Mogadouro), porque não existe nenhum no país, até agora. Portanto, não vale a pena a gente dizer se perde ou não perde; a gente não pode perder uma coisa que não existe. Cai por terra o argumento das condições físicas e humanas que já existem aqui ou/e acolá. Portanto, ele vai ter que ser montado de raiz. E, para ser montado de raiz, esta Comissão Técnica, com todos os seus estudos, diz que o local em que deve ser montado é em Mogadouro. Teríamos assim um Serviço de Urgência idêntico a países como a Dinamarca, Noruega, Áustria, França e Alemanha, e superior, por exemplo, ao do Reino Unido. Devo acrescentar que, na passada segunda-feira, no dia dezasseis, em Coimbra, numa reunião onde estive presente numa reunião na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Comissão Técnica afirmou, por várias vezes, que tinha para este Relatório que pôs cá fora agora, o consenso, nomeadamente da Direcção-Geral de Saúde, das Administrações Regionais de Saúde (nomeadamente a do Norte) – por isso se estranha a tomada de posição da coordenadora da sub-região de saúde de Bragança, que depende da ARS-Norte (mas disso já falará o senhor Presidente da Câmara) – também o consenso do INEM (do Instituto Nacional de Emergência Médica) e, obviamente, da própria Comissão. -----
----- Por fim, para termos uma ideia mais alargada do estudo, ele prevê novos Pontos de Rede a consignar como Urgências – a ter Urgências Básicas como aquela que o estudo indica para Mogadouro – em localidades, tais como, Montalegre, Valença, Vila Nova de Foz Côa, Moimenta da Beira, Arouca, São Pedro do Sul, Arganil, Idanha-a-Nova, Ponte de Soure, Coruche, Alcácer do Sal, Moura, Serpa, Castro Verde,

Odemira, (perdoai-me – e porque não (na cabeça de alguns) para Mogadouro?). A palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** já no uso da palavra, começou por dizer que não estavam ali com objectivos políticos, nem com objectivos que não fossem exigir que se dê cumprimento a uma determinação de um Relatório elaborado por pessoas das mais competentes que existem no país. A pedido, como já disse o senhor Vice-Presidente da Câmara, do Governo, uma Comissão estudou, e procura, neste momento, implementar em Portugal uma rede de pontos de Serviços de Urgência que se equipare às redes da Europa; que ultrapasse mesmo alguns países como, por exemplo, o Reino Unido. Evidentemente que o senhor Vice-Presidente da Câmara já prestou os devidos esclarecimentos sobre esse Relatório que, baseado em critérios de avaliação bem concretos, que podem consultar na página vinte e um do respectivo Relatório, decidiu, então, implementar em Mogadouro um Serviço de Urgência Básico. Os justificativos, que podem consultar também na página vinte e um, baseiam a escolha na centralidade, e, a centralidade de Mogadouro, relativamente aos concelhos do sul do distrito, da margem esquerda do Sabor, é inquestionável no atendimento, distância/tempo de trajecto – nós temos, de facto, as piores vias de acesso aos hospitais da linha do IPquatro; do número de atendimentos – quinze mil por ano no nosso Serviço de Atendimento Permanente de Mogadouro. Estes justificativos seriam bastante para implementar em Mogadouro um Serviço Básico de Urgência. -----

----- Evidentemente que ficámos satisfeitos, e exultámos com esta decisão da Comissão Técnica, e pensei que, enfim, se começara a fazer justiça. Este contentamento depressa se desvaneceu e se transformou em preocupação – não numa preocupação demasiada, porque eu creio que estou aqui, neste momento, apenas para denunciar forças que podem prejudicar a implementação do Serviço Básico em Mogadouro, não porque tema que a Comissão, que o Ministro, retirem a Mogadouro a prerrogativa de o possuir. E, estava preocupado, porque li no Jornal *Informativo* de nove Outubro de dois mil e seis, na página dois, tomei conhecimento das diligências e opiniões de um Deputado pelo distrito e que passo a ler: “*O deputado referiu (escreve no Jornal Informativo) que está em causa um estudo técnico para o encerramento de catorze urgências no país, com o qual o distrito de Bragança não pode estar de acordo. Isto, porque Macedo de Cavaleiros tem todas as condições para manter a Urgência com qualidade. “É meu convencimento (diz ainda), que a Urgência vai manter-se naquele hospital” Esta convicção do deputado socialista vem na sequência de várias diligências junto do Ministro da Saúde, Correia de Campos, “que ficou muito sensível ao problema”.* Ora bem, até aqui, defender uma Urgência em Macedo de Cavaleiros, não temos nada com isso; que ponham a Urgência em Macedo de Cavaleiros, mas que ela não

seja em prejuízo da Urgência de Mogadouro, isso é que nós não podemos consentir – principalmente depois que um Relatório correcto e feito por profissionais de alto gabarito o colocam em Mogadouro. Isso é que não! Agora, que o ponham à vontade! *“O distrito de Bragança – continua – tem de ser encarado de forma especial, “porque tem problemas específicos relacionados com as más acessibilidades, que devem ser tidos em conta” frisou. O Deputado considera muito difícil criar uma Urgência básica em Mogadouro como prevê o referido estudo, “porque não há recursos humanos disponíveis e com a falta de profissionais de saúde dificilmente esse problema poderá ser resolvido” referiu”*. Ora, eu entendo que não está certo isto! E, por aqui se vê, que o senhor Deputado, vindo a público o Relatório, abordou de imediato o Ministro (portanto, vai por uma via sub-reptícia – que é o que nos preocupa a nós!) que “ficou muito sensível ao problema” (talvez não tanto). Bom, que se defenda o Serviço de Urgência, como já disse, de uma ou outra povoação, não nos preocupa, desde que não ponha em causa o Serviço de Urgência Básico de Mogadouro. Agora, que o senhor Deputado relacione este facto com acessibilidades, já não compreendemos, porque, neste capítulo, somos nós as grandes vítimas. Nós é que somos as grandes vítimas da falta de acessibilidades, da falta de estradas, e não os que estão na linha do IPquatro. O senhor Deputado diz ainda ser difícil a criação de um Serviço de Urgência Básica em Mogadouro porque não há recursos humanos disponíveis. Aqui, eu fico pasmado e sem saber se o senhor Deputado leu o Relatório, ou não. Se o leu, possivelmente o movem fortes desígnios políticos ao fazer estas afirmações; se o não leu, eu vou facilitar-lhe a vida. Assim, na página trinta e quatro, ponto catorze, e ponto dezoito, diz, textualmente (este é o Relatório da Comissão): *“Ponto catorze – Defende-se o crescente investimento em projectos estruturantes para a rede de urgências, (investir; é preciso investir nas Urgências que não existem, que ainda têm de ser criadas) muito especialmente para a necessária referência no âmbito da rede. Exemplos: telecomunicações, telemedicina e transporte tecnicamente adequado a doentes graves”*. Mas, no ponto dezoito, diz: *“Com a rede proposta prevê-se, conforme o consignado no Despacho dezoito mil quatrocentos e cinquenta e nove/dois mil e seis, a necessidade de implementação de planos de requalificação. Compete às Administrações Regionais de Saúde, enquanto órgãos de gestão regional, identificar e propor em detalhe os diversos casos que carecem de investimento e plano de requalificação (aquelas que não tiverem as condições a Administração Regional de Saúde tem que fazer os respectivos investimentos em equipamento). Desta forma, a presente proposta constitui uma medida promotora de investimento na rede de urgências, em conformidade com uma planificação coerente e estruturante”*. E agora, vejam: *“Esta requalificação envolve um investimento em estruturas físicas e*

equipamentos, bem como a afectação, qualificação e redistribuição de recursos humanos". Quer dizer, onde não há médicos, vamos por eles. Têm, portanto, no Relatório resposta a todas estas objecções. Mas, se ainda ficar com dúvidas, pode ler no *Jornal de Negócios*, de dezoito de Outubro a resposta do senhor Ministro da Saúde quando o entrevistador lhe perguntou: "*Vamos ver médicos no regime de mobilidade?*" Resposta do senhor Ministro: "*Sim, alguns. Não será um grande número mas será possível que isso aconteça. Vai tocar a todos.*" Senhor Deputado, veja o que se passa também nos hospitais por esse país fora; vá ao Porto e verifique que o Serviço de Urgência de Pediatria, a funcionar no Hospital de São João, incorpora médicos do hospital de Santo António e do hospital de Maria Pia. Só assim foi possível fazer um Serviço de Urgência na cidade do Porto – juntando os médicos pediatras de todos os hospitais do Porto. E não nos devemos preocupar muito com a falta de médicos nos Serviços de Urgência Básicos de Mogadouro. Há pior distribuição de médicos do que a falta deles. Não faltam médicos – estão mais mal é distribuídos. -----
----- Bom, também preocupado e triste fiquei quando li no *Jornal Nordeste* de dez de Outubro de dois mil e seis, na página três, que a senhora doutora Berta Nunes tem idênticas opiniões, e então, diz: "*Atendendo às circunstâncias é a própria coordenadora da sub-região de saúde de Bragança, Berta Nunes, que encara a hipótese da Urgência se manter no hospital de Macedo de Cavaleiros, contrariamente ao documento apresentado pelo Governo. «A decisão final mais provável é a manutenção da urgência de Macedo, onde foi efectuado um investimento avultado (um investimento avultado) com a construção do hospital e onde existem os meios necessários para o funcionamento de um serviço vinte e quatro horas por dia», alega Berta Nunes. Segundo a responsável, do ponto de vista das distâncias, faz todo o sentido instalar este serviço em Mogadouro. Contudo, as limitações das condições física, associadas à falta de equipamentos e de recursos humanos (dois médicos e dois enfermeiros em permanência), podem condenar esta pretensão, pelo menos num curto espaço de tempo.*" Nem quis acreditar, e pedi-lhe de imediato uma audiência, onde eu e o vice-presidente da Câmara tivemos oportunidade de ouvir os argumentos já explanados no jornal. Quando lhe chamei a atenção que a posição que defendia se enquadrava mais num pensar a nível de Centro de Saúde e que, como coordenadora da sub-região de saúde de Bragança, devia ter uma visão mais alargada da saúde do distrito, a senhora doutora respondeu que até nos compreendia e concordava; o problema era o investimento já feito e a existência de medicina noutro hospital. A resposta às suas objecções e argumentos encontrá-las-ão também no Relatório, a páginas vinte e um e trinta e quatro, já mencionados anteriormente. Pode também aproveitar para ler ou reler na página dez, ponto quatro, do Relatório, que foi a Direcção-Geral de

Saúde – a Direcção-Geral de Saúde – a Comissão Técnica do Relatório e as Administrações Regionais de Saúde, a que a senhora doutora pertence, na qualidade de coordenadora da Sub-Região de Saúde de Bragança que, reunidos, preconizaram a distribuição e a hierarquização dos Pontos de Rede de Urgência que atribui a Mogadouro um Serviço de Urgência Básico. Com certeza, pôde manifestar aí a sua opinião. Não a vimos foi em Coimbra, na Comissão Técnica, com a presença da Chefe de Gabinete, da senhora Secretária de Estado do Ministro da Saúde, e outros, e do Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, seu superior hierárquico, a colocar as objecções inseridas no Jornal *Nordeste*. Senhores Deputados, elaborámos um documento no âmbito da discussão pública do Relatório da Comissão Técnica, que devia ser entregue até trinta de Outubro e que está anexo na Convocatória desta Assembleia. Apresentámo-lo ao executivo, que o aprovou por unanimidade, e deliberou submetê-lo à deliberação da Assembleia Municipal. A urgência da convocatória desta Assembleia prende-se com o facto de, a partir de trinta de Outubro, poderem ser tomadas decisões sobre esta matéria a nível do Governo. Não precisamos de entrar em pânico, não precisamos de entrar em histerias, mas precisamos, fundamentalmente, de estar atentos para apresentar ao senhor Ministro da Saúde os nossos justos argumentos e a determinação de todos, de todos os mogadourenses, em defesa do Serviço de Urgência Básico de Mogadouro, da implementação do Serviço de Urgência Básico de Mogadouro, e também de possíveis forças que possam desenvolver-se junto dos centros de decisão contra as nossas pretensões. Esta luta não é política, é de todos os mogadourenses que já sentiram durante mais de vinte cinco anos, na pele, idas para hospitais distantes horas, e não está na disposição de, depois de um Relatório desta natureza, continuar assim *ad aeternum*.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida aberto o período de inscrições para uso da palavra. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** já no uso da palavra, disse: -----

----- “Relativamente ao assunto que nos traz aqui hoje, tenho a dizer que estou plenamente de acordo com a deliberação tomada por unanimidade pela Câmara Municipal – eu também a votaria. -----

----- O Relatório que está em cima da mesa é um estudo técnico que, a ser implementado, faria com que, a nível dos Serviços de Urgência, o nosso país ficaria com o melhor sistema da Europa. Mas, nada é perfeito, e todos nós sabemos o país que temos e somos, e os condicionalismos que existem, principalmente a nível de recursos humanos (falta de médicos) no nosso distrito. -----

----- Este estudo, encomendado pelo Partido Socialista, e que está em discussão pública (portanto, até nisso há transparência) é o ideal, e tem grande mérito, mas está longe de uma decisão final, que virá a ser tomada

pelo Governo, e cuja execução será escalonada no tempo. Espero que mais tarde venha a ter exequibilidade. -----

----- As ditas Urgências Básicas, que contemplam o Centro de Saúde de Mogadouro, não são muito diferentes do que já existe – passariam a ter dois médicos de família em vez de um mas, para isso, teriam que ser esvaziadas as urgências dos Centros de Saúde limítrofes, o que iria criar uma «guerra» com esses municípios pois, de certeza que não estariam de acordo em perder o Serviço de Atendimento que já têm. Será que os autarcas destes municípios conseguem entender-se neste ponto? -----

----- Foi constatado pela Comissão que elaborou o Relatório a boa situação geográfica de Mogadouro para tal, e por toda a gente reconhecido que foi um desastre a construção do Hospital em Macedo de Cavaleiros, que os erros do passado foram graves. Agora, não podemos tapar o sol com a peneira. O hospital já lá existe e as coisas não se podem fazer com uns passes de mágica. Em minha opinião, o que é essencial é que o nosso Centro de Saúde seja dotado de mais condições técnicas, que venham mais especialistas dar consultas, em suma: que os serviços aos utentes melhorem. Acho que a Câmara deve tentar conseguir assegurar melhores serviços para Mogadouro – era só o que faltava, que não o fizessem – e, para isso têm a minha solidariedade. -----

----- Mas, não criem ideias que apontem para uma posição dos autarcas socialistas que sejam divergentes dos interesses da população local. Não são só os senhores do PSD os únicos a saber o que é bom para o povo. Nós também cá vivemos!” -----

► **ANÍBAL MORENO** ao usar da palavra, disse: “Permita-me, senhor Presidente, que abra aqui um parêntesis antes de entrar na discussão do ponto da agenda – e isto para dizer que, tem servido a Casa da Cultura, estas instalações, para reunir a Assembleia Municipal sempre que são dias festivos; isto é, para comemorações do *Vinte Cinco de Abril* ou para Tomadas de Posse, isto é, sempre que são dias festivos a Assembleia Municipal reúne neste local. Só espero que, de facto, estejamos também a comemorar um dia festivo aqui para o concelho de Mogadouro. A bancada do PS na Assembleia Municipal congratula-se com a iniciativa do Ministério da Saúde em ter avançado com o estudo sobre a Rede de Urgências através de uma Comissão Técnica independente. O estudo vem demonstrar que a instalação dos hospitais distritais não teve em conta a situação geográfica do distrito, sendo, por via disso, o sul do distrito prejudicado no acesso aos cuidados de saúde. Apoiamos claramente o Relatório da Comissão Técnica sobre a Requalificação da Rede de Urgência Geral. O Ministério da Saúde ainda não decidiu nada sobre o Relatório dado que ainda está a decorrer o prazo de discussão pública. É ao senhor Ministro da Saúde que cabe decidir sobre o Relatório da Requalificação da Rede de Urgência Geral e a sua concretização. Estar a

fazer conjecturas sobre a sua implementação sem que estejam ultrapassadas todas as fases do processo, é, no mínimo, «deitar o carro à frente dos bois». A Urgência de Mogadouro não fechou e nem vai fechar. Isto, que fique bem claro para toda a população do concelho: a Urgência de Mogadouro não fechou nem vai fechar! Poderá toda a população ficar descansada que o Serviço de Urgência de Mogadouro irá continuar a funcionar, com certeza para desespero daqueles que, constantemente, vêm lançando boatos sobre o encerramento da Urgência, que mais não pretendem que confundir as populações e retirar daí dividendos político-partidários. Tinha o Centro de Saúde de Mogadouro um Raios-X que estava empacotado e sem funcionar – desde que a nova direcção tomou posse, passou a funcionar três dias por semana; as consultas de fisioterapia também passaram a funcionar; electrocardiogramas também. Nota-se que os serviços estão a evoluir favoravelmente, pelo que temos que acreditar que a resolução do processo de Requalificação será favorável, que o processo de Requalificação das Urgências Geral será positiva para Mogadouro e para todos os mogadourenses. Também queria aqui afirmar – e isto para a Mesa da Assembleia, que está a dirigir os trabalhos – (mudança de faixa da fita magnética) dizia eu, quando recebemos a convocatória, fiquei plenamente convencido que esta discussão seria processar, pelos elementos da Assembleia Municipal, e o senhor Presidente assim o afirmou: quem tinha que participar nesta discussão eram os elementos da Assembleia Municipal, porque, da parte da Câmara, já teve essa discussão, já aprovou a sua Moção no órgão que lhe compete deliberar sobre esse assunto. Esta é a Assembleia Municipal de que se deve pronunciar e devem ser os elementos da Assembleia Municipal que se devem pronunciar sobre este assunto – a Câmara já o fez e, com certeza que não chamou ninguém da Assembleia Municipal à reunião de Câmara para se pronunciar sobre este assunto. Dá-me a impressão que, ou a Câmara Municipal pensa que os elementos da Assembleia Municipal não sabem ler os relatórios e, tenho que lhe dizer ao senhor Vereador que, de facto, nós também sabemos ler e, portanto, não havia necessidade que a Câmara passasse, praticamente aqui um atestado de incompetência, ou de não saber ler relatórios, aos membros da Assembleia Municipal. E, por outro lado, dizer também ao senhor Presidente que é a si que lhe compete dar a palavra aos membros da Assembleia Municipal, ou aos membros da Câmara, e não ao senhor Vereador”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que, no uso das suas competências, foi precisamente o que fez, não lhe trazendo nada de novo pois e que para aquele Deputado ali ir falar teve ele que lhe dar a palavra. --

► **MANUEL TIBÉRIO** já no uso da palavra, disse: “Antes de mais nada, quero dizer que estou plenamente satisfeito com uma Assembleia Municipal – é isto uma Assembleia Municipal; as Assembleias Municipais

são do povo e para o povo – são dos mogadourenses e para os mogadourenses. Pena é que as Assembleias Municipais Ordinárias, não sejam assim, ou que seja necessário convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária para que as pessoas cá venham. Eu quero aproveitar para pedir ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia que continue a enviar convites à população para que estejam presentes em todas as assembleias ordinárias. O que se passa, na generalidade das assembleias ordinárias, não é menos importante daquilo que se passa aqui hoje. O que está aqui hoje em discussão, de facto, é a saúde, é importante, mas aquilo que se passa nas outras assembleias também é importante – são os problemas do concelho que lá se discutem – e, como tal, se não for muita maçada, se não forem muitos custos, façam o favor de sempre fazer isto: distribuir convites à população – talvez a população assim saiba o que se discute; queira participar; esteja presente e dêem mais valor à Assembleia Municipal. Esta era a primeira nota. -----

----- Eu não vou perder muito tempo a discutir o problema da Urgência, nem da saúde em Mogadouro. Vamos, já que estamos aqui numa assembleia participada, dar a voz às pessoas, para que se possam manifestar e depois nós poderemos, se entendermos, responder. -----

----- Eu só quero dizer que (e agradeço as apresentações que foram feitas, porque me pouparam o trabalho, só que estive ontem até às tantas, ainda, a fazer quase a mesma leitura que fizeram mas, pelo menos, já não gasto o tempo de o fazer – por isso, nesse sentido, agradeço), e quero só dizer que o PSD, a Câmara e o PSD, que parecem que são a mesma instituição, não têm a exclusividade da defesa dos interesses dos mogadourenses – nós, bancada do PS, também temos; nós queremos o bem para Mogadouro; nós não estamos aqui para sermos uma (perdoem-me a expressão) uma «corja» que não olhamos para os interesses dos mogadourenses. Olhamos! Estamos com eles! E estamos nesta luta em concreto, da Urgência – não só nesta, mas noutras – com eles, com a Câmara também. Estamos convosco nesta luta das Urgências. Não sou o porta-voz de ninguém; não sou o porta-voz de nenhum Deputado, sou o porta-voz de mim próprio e, nesse sentido, concordo plenamente com o tal trabalho que foi elaborado e que está agora em discussão pública – concordo com ele. Aliás, até fico satisfeito porque foi um Governo do Partido Socialista que encomendou esse trabalho e que se preocupou, ou que parece preocupar-se, em discriminar positivamente o interior – em concreto, Mogadouro. Todos nós temos memória, e nos lembramos que (e isso é dito no próprio comunicado do PSD que anda para aí distribuído), que sucessivos Governos menosprezaram os mogadourenses. E, eu pergunto: que sucessivos Governos é que menosprezaram os mogadourenses no campo da saúde? Todos sabemos quem foi! Mas, isso não interessa. O que interessa são os problemas dos mogadourenses. De quem é a culpa não interessa – isso já passou (mas

todos nós sabemos). Hoje, e estou plenamente satisfeito por causa disso, é, das poucas vezes, que Mogadouro é discriminado positivamente no que respeita à saúde e, no caso, da Urgência Básica. Urgência Básica que não existe, como disse, ou como foi referido, e muito bem. Mas, também, não é muito diferente daquilo que existe. Não existe no conceito, formalmente mas, a ser implementado – e eu espero que venha a ser implementado – não altera grande coisa em termos de serviços prestados em relação àquilo que hoje é referido, perdão, em relação àquilo que hoje já é feito. Não vamos ter aqui operados; não nos vão tratar aqui de um traumatismo. Vão-nos atender como nos estão a atender agora também, já – com médico de família, com enfermeiro (passaremos a ter dois, mas espero bem que o venhamos a ter – lutem por ele, nós estamos cá também para lutar por ele). Eu, para já, termino por aqui. Depois, se for necessário voltarei”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse de seguida o seguinte: “Dá-me a ideia que ficou incomodado por ver aqui tanta gente. Eu queria dizer que as reuniões ordinárias também são públicas. Temos muito gosto em receber as pessoas quando lá quiserem ir. Agora, eu não forço ninguém a ir lá”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** regressou à tribuna para dizer: “Eu, peço desculpa, se vou ser algo ríspido, mas eu acho que falo português. Eu congratulei-me com a presença das pessoas e disse que as assembleias deviam ser participadas. Portanto, não fiquei incomodado, antes pelo contrário, fiquei contente. Fiquei incomodado é não haver gente nas ordinárias.” -----

► **ALTINO ALEIXO** usou a seguir da palavra, dizendo: “Eu vim aqui só para tecer umas breves palavras. Como sabe, senhor Presidente, eu tenho a maior consideração por si, penso que nos estreamos os dois no mesmo dia – na política em Mogadouro (eu com a certeza absoluta que ia perder e o senhor, estremecidamente, «será que vou ganhar, será que não vou») – a vida correu e cá estamos. E eu, agora, tenho-lhe a dizer, que me preocupa o senhor Presidente ligar tanto a *Jornais da Caserna*. Toda a gente sabe o que são o *Jornal da Caserna*. Quando nós ouvimos uma notícia que ..., dizemos: - isto é notícia do *Jornal da Caserna*. Bom, e aí, estamos conversados. Em relação a este ponto que nos trouxe aqui hoje – o Relatório está muito bem feito – eu concordo plenamente com ele (penso que toda a gente concorda). Com o que foi deliberado pela Câmara Municipal concordo plenamente (penso que toda a gente concorda). Agora, em relação ao sistema de saúde, ao serviço de saúde, eu não vou tecer mais nenhum comentário, só queria recordar aqui ao senhor Vereador, ao doutor João Henriques, para ler a página trinta e sete e quarenta da primeira assembleia que nós fizemos. E, perante isto, tenho a dizer outra coisa, que é o seguinte: penso que não havia necessidade – neste caso, quando toda a gente está a poupar, quando toda a gente poupa (que o dinheiro é pouco, é curto) – a Câmara Municipal, num Domingo à tarde (por acaso, hoje até é

um Sporting – Porto, que eu gosto bastante de futebol, por isso agradeço que não haja muitos comentários e muitas respostas e contra-respostas que é para ir a ver o futebol) – mas lamento a Câmara Municipal ter que pagar a quarenta ou cinquenta e tal pessoas (a mim, inclusivamente) que aqui estamos, sessenta, ou não sei quantos euros, para ter uma reunião destas. Eu, sinceramente, eu não o faria.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu a este Deputado que poderia prescindir da sua senha. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS**, disse: “Eu começaria por fazer alguns breves comentários acerca das intervenções já aqui efectuadas, e começaria precisamente pela da senhora Deputada Cabanal. Quando termina a sua intervenção dizendo que *mal era que a Câmara não zelasse pelos interesses e pela manutenção do SUB em Mogadouro*, o Serviço que pretendem criar em Mogadouro. Eu pegar-lhe-ia doutra forma, e diria doutra forma: mal era que os Deputados, ou mal será, que os Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República, e a doutora Berta Nunes, no-lo tirassem, ou não permitissem que ele fosse cá instalado porque, a Câmara, de facto, já está no terreno a tomar as devidas medidas e por isso foi convocada esta Assembleia para defender precisamente essa posição. Se calhar, não depende tanto da Câmara, mas doutros valores e de pessoas que têm mais influência. Portanto, por parte da Câmara, estamos certos e seguros que fará tudo o que estiver ao seu alcance para levar a «bom porto» os seus intentos. -----

----- Quanto ao senhor Deputado Moreno, também aqui falou: «*a urgência não fecha, nem vai fechar*». Eu penso que, ou está a querer confundir a questão ou não percebeu bem o que aqui se está a tratar porque, o que estamos a tratar hoje não é propriamente o SAP, o serviço que está em funcionamento; está-se a tratar do Serviço de Urgência Básico que poderá vir a ser implementado em Mogadouro – não é o SAP. O SAP, por enquanto, parece que ainda não há comentários acerca do futuro, mas vamos aguardar. O boato, não sei quem o criou mas, quando há boatos, normalmente há algum motivo atrás. E, já agora, com tantos cortes que este Governo vem efectuando em todos sectores, eu espero que, e em relação aos SAP’s, espero que no futuro, para bem de Mogadouro e para bem das pessoas deste concelho, e dos outros, espero que não tenha que engolir as palavras que proferiu quando disse que o SAP não fecha e não vai fechar. Espero Bem! Esperamos todos que assim seja mas, eu, pessoalmente, tenho as minhas dúvidas em relação a isso. Penso que não haverá mais comentários a fazer acerca desse assunto. -----

----- Quanto ao senhor Deputado Tibério, que diz que as assembleias não são participadas, as ordinárias, eu não sei, se calhar, como não reside em Mogadouro não vê as Convocatórias. Eu, por acaso, que ando por aqui todos os dias quando há assembleias, uns dias antes costumo ver afixados

em vários locais – nos cafés, nas esplanadas por aí fora – as convocatórias das assembleias e, quase todas, têm «Período de Intervenção do Público»; portanto, só não vem quem não quer (se calhar é por não ser ao Domingo). Se fica incomodado com a situação de hoje haver aqui tanta gente, e pelo facto de terem sido feitos convites específicos para esta Assembleia, diz bem da importância que esta Assembleia tem, e do assunto que nos traz hoje aqui. Se o senhor não dá importância a este assunto, é um problema seu; nós damos importância e acho que foi muito bom ter convocado as pessoas para esta Assembleia. -----

----- Para terminar, eu só queria dizer que o Grupo Parlamentar do PSD se congratula pelo facto da Câmara Municipal ter deliberado aprovar por unanimidade – e reafirmo, por unanimidade – o Relatório da Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgência Geral, o que se traduz no apoio e sentido de responsabilidade em defesa de uma causa tão nobre e tão oportuna para a melhoria das condições de saúde de todos os mogadourenses e outros concelhos vizinhos. Reiteramos a nossa firme vontade e disponibilidade para trabalhar com outras forças políticas, sociais e económicas na defesa desta causa tão nobre, tão sublime, para os mogadourenses. E, exorto a todos os membros desta Assembleia a votar favoravelmente, e por unanimidade, se possível, por unanimidade, o referido Relatório.” -----

► **VÍTOR BATISTA** usou a seguir da palavra para dizer o seguinte: “Todos nós temos presente na memória o passado. O passado é muito importante – é o monstro que nos alimenta e que nos ajuda a decidir o caminho que devemos seguir. O passado já nos demonstrou que se travam tréguas que nos levam a caminhos sinuosos e que nos prejudicam através de gerações. Sentimos isso na pele. Olhar para o passado é importante e, uma coisa que eu posso reflectir, relativamente ao passado, é que, congratulando este acto, este momento, congratulando o presente, comparando-o com o passado, vejo que, no momento, se travou um trajecto correcto – mandou-se elaborar um documento de carácter técnico, por uma equipa credível, para nos ajudar a decidir aquilo que é melhor para nós. No passado, pelo menos eu, nunca tive conhecimento da existência dum documento técnico que ajudasse a população, todos os agentes locais, a decidir e a intervir numa decisão tão técnica e tão importante como esta. O que eu me lembro, o que eu ouço falar, é que foi discutido em gabinete; sub-repticiamente tomaram-se decisões sem a população, sem os agentes locais tomarem conhecimento. Neste momento, estamos a ter oportunidade de discutir – e é este o momento, é esta motivação que traduz uma audiência, em termos de público, tão importante. Não podemos menosprezar – se realmente está aqui pessoas é porque realmente é muito, muito, importante para ajudarmos a decidir o futuro de Mogadouro. Olhar para o passado é importante, como eu já disse, e isso é importante porque,

vendo hoje, vemos que as tomadas de posição do passado se traduzem em erros – e afirmo, concretamente, hospital. Não sei de quem é a culpa, de quem não é a culpa; sei que foi uma estratégia, que foi discutida em gabinete sem ninguém ter conhecimento e acabou por ser implementada num determinado local e hoje começa-se a ter de chamar à razão que, realmente, essa valência deveria ter sido melhor repensada porque hoje começa-se a esvaziar. Porquê? Se se começa a esvaziar de serviços é porque ela nunca esteve bem colocada na rede real das necessidades locais. Hoje, estamos aqui a discutir e a apreciar um documento técnico, e louvo o Governo e o Ministério da Saúde por ter tomado esse trajecto (isto não é um documento encomendado pelo PS, como já aqui foi dito; isto é um documento encomendado pelo Governo, pelo Ministério da Saúde) e estou de alma e coração neste trabalho e reconheço-o como, realmente, um trabalho sério, claro, e que define realmente as necessidades reais do país e implementa uma rede que poderá satisfazer as necessidades reais do país. Portanto, estou de alma e coração neste trabalho. O que me preocupa neste momento, e o que me move, e o que move toda esta gente, é que vemos novamente uma onda sub-reptícia a tentar perverter todo este documento e, o que eu queria aqui ouvir na oposição era qual é a opinião: se há realmente alguma insatisfação, ou uma preocupação, relativamente à desvirtualização de toda esta intenção técnica de levar o concelho de Mogadouro, para o futuro, levar o Nordeste, para o futuro e, em termos de satisfazer, realmente, as necessidades do país e da região. Era aqui que eu queria ver uma mensagem clara. É que estamos todos do mesmo lado, porque toda a gente concorda com o documento. O que eu não vejo aqui é uma posição clara relativamente às preocupações de subverter todo esse documento, toda essa intenção séria e credível para o concelho de Mogadouro”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para perguntar à Câmara Municipal se pretendia responder a alguma questão suscitada pelos Deputados Municipais, ao que esta anuiu. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** já no uso da palavra, disse: “Eu, se por um lado estou satisfeito, porque se diz que se está de acordo com o Relatório, por outro lado, não vejo aqui, de facto, uma atitude que não haja dúvidas nenhuma acerca deste problema do serviço de Urgência em Mogadouro. Primeiro, faz-se uma confusão extraordinária entre SAP’s – não tem nada que ver um SAP com um Serviço de Urgência (nada). Os SAP’s, minha senhora, vão todos fechar – todos. Sabe quem o disse? Na última reunião que tive com a senhora doutora Berta Nunes. Vão todos fechar. Só se aguentam mais um ano! Todos! A senhora está com dúvidas acerca de Macedo e Mogadouro? Não tenha dúvidas. Porque, se ficar em Mogadouro, é aqui que vêm os outros concelhos; se ficar em Macedo é a Macedo que vão os outros concelhos. Não esteja com preocupações. Portanto, as suas preocupações – nem sei quais são, porque são de tal

maneira confusas, que as não compreendi – mas não têm em si uma posição correcta acerca do problema. Quer que os autarcas se entendam sobre quê? Mas, se entenderem sobre quê? Não fica aqui; fica em Moncorvo. Não pode! O Relatório disse que era aqui. É em Vimioso – não pode! O Relatório disse que era aqui. Nós não temos que nos entender. Nós temos que nos respeitar e dizer assim: queremos, sobretudo, que entre os municípios se estabeleçam vias rápidas para poder chegar a Mogadouro o mais depressa possível. E que se estabeleçam vias rápidas connosco para poder chegar ao Porto e a Mirandela o mais rapidamente possível para as Urgências Polivalentes, para as Urgências Médico-cirúrgicas. É isso o que queremos. Aí é que nos queremos entender e trabalhar em uníssono. Agora, «acho que a Câmara quer o melhor» – a Câmara quer sempre o melhor, até porque, a Câmara não sou eu, nem são aqueles quatro Vereadores; são sete Vereadores. E, neste caso, aprovámo-lo por unanimidade. O que se apresentou à Câmara foi apenas – estando um documento em discussão pública, nós discutimo-lo publicamente – e foi esse documento que nós apresentámos à Câmara, e a Câmara decidiu, por unanimidade, sem qualquer problema, num consenso absoluto, apresentá-lo à Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal só tem que se pronunciar; não tem que fazer mais nada. Agora, diz-se assim: pronuncia-se bem; pronuncia-se mal; pronuncia-se por unanimidade ou por maioria, isso já não é um problema nosso. -----

----- ‘Assembleia Municipal, são problemas de Assembleia – Moreno – são problemas de Assembleia, discussões públicas, a Urgência não vai fechar’... Não, eu vou-lhe dizer porque é que a Urgência de Mogadouro não vai fechar: é porque não existe! Não há cá Urgência nenhuma. O que há é um Serviço de Atendimento Permanente, que não tem nada que ver. Nós, o que estamos aqui a lutar é por implementar na vila de Mogadouro as conclusões de um Relatório que se traduzem num Serviço de Urgência Básica – isso é o que nós queremos; queremos abrir; fechar não há possibilidade. -----

----- ‘Os boatos que estão nos jornais? Os boatos são boatos’ – Eu não sei se aquilo são boatos se são... quando se diz assim: - bem o senhor Fulano de Tal já falou com o senhor Ministro da Saúde, que ficou muito sensibilizado por o problema, quando lhe disseram para levar a Urgência para Macedo de Cavaleiros, bom, se eu for assim um pouco leviano digo assim: - bem, isto é um boato, fico por aqui, deixo andar, essa coisa toda. Mas depois, daqui a dois meses, se isso não fosse aqui implantado em Mogadouro: «o Presidente da Câmara? Isso é um *bardino* que não defendeu os interesses de Mogadouro». Não! Isso não!... Já passámos por essas circunstâncias, noutros tempos, e já me viram acusar nas assembleias quem eu julgo que foi o responsável por essa situação. Portanto, nada de misturas. -----

----- Depois, Luís Tibério, diga-me cá uma coisa: «eu creio que a Câmara e PSD são a mesma coisa»? Bem, eu não sei o que é que pensou quando lhe saiu isso da boca! Que Câmara e PSD são a mesma coisa? Por acaso, nesta Câmara, até se dá o caso de termos três belos Vereadores do Partido Socialista; três belos Vereadores do PSD: estão empatados! Estão empatados, PS e PSD! Deixe-se dessas coisas. -----

----- Ó Altino, eu, desculpa-me lá eu fazer-te uma observação: mesmo que a gente sinta, mesmo que o sentimento seja mesmo profundo, nunca devemos tratar a Comunicação Social como tu a trataste. Ó senhor Deputado: *Jornais de Caserna*? Nunca! Mas, ainda por cima, é preciso pensar que, mesmo nos *Pasquins*, sejam eles quais forem, o que conta não é o *Pasquim*, o que conta é quem pronuncia as palavras; é a posição das pessoas que pronunciam as palavras. Se, num desses *Pasquins*, vier o senhor Ministro dizer isto, bem, bem, eu julgo que isso é uma coisa fantástica; se eu for dizer isso ao *Expresso*, ou qualquer coisa, «mas quem é este gajo? É Presidente da Câmara, ‘matarruano’, lá de Mogadouro» – estás a perceber? Isto não é bem assim, tem as suas *nuances*. Quanto a pagar as senhas, desculpa lá, mas, se calhar, com a crise em que estamos, vais ter que esperar algum tempo, até porque nos dás a justificação e diz assim: «alto aí, alto aí» – ficas para o fim!” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** julgando não haver mais intervenções, fez menção de pôr o assunto tratado à votação, tendo porém sido interrompido pelo representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que alegava ter-se já inscrito para voltar a usar da palavra. E depois disse: “Não fui aqui informado, ou se fui, eu estava distraído, tem três minutos. É que, eu não queria fazer desta Assembleia, pelo respeito que tenho aqui pelas pessoas presentes, fazer o que às vezes se costuma fazer nas outras Assembleias Ordinárias. Temos aqui um período de tempo em que há pessoas que querem falar, do público – e não só do público – extra reunião, e eu quero dar essa possibilidade, e foi por isso que o tão mal-amado Convite que foi distribuído e que as pessoas ficaram preocupadas, o Convite foi precisamente para informar a população sobre o estado da saúde aqui, em Mogadouro, no futuro. É isso que nos preocupa e é por isto que estamos aqui. Portanto eu agradecia ao senhor Deputado que, se quiser fazer a intervenção, tem todo o direito de a fazer, relativamente ao assunto em agenda – nada de extrapolações.” -----

► **ANÍBAL MORENO** já no uso da palavra, disse: “Senhor Presidente, obrigado por me dar a palavra, mas devo-lhe lembrar que não estou a ultrapassar as premissas que estão no Regimento – estou a respeitar, pura e simplesmente, o que está consignado no Regimento da Assembleia Municipal. Pedi a palavra porque fomos questionados sobre o apoio – se havia um apoio claro, ou não, sobre este Relatório que aqui está em discussão. Subo aqui à tribuna para dizer claramente que nós concordamos

e apoiamos o Relatório da Comissão Técnica e que o vamos votar favoravelmente.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu e respondeu que não esperaria outra coisa do senhor Deputado. De seguida, deu a palavra ao Deputado Municipal que se segue: -----

► **MANUEL TIBÉRIO** de novo no uso da palavra, disse: “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu, de facto, apetecia-me passar a palavra ao povo, porque não preciso de repetir que estou contente pelo facto de ver a sala cheia, não é? Acho que toda a gente percebeu isso (só que há alguém que não quer perceber). Depois da intervenção da Câmara, eu peço só dois minutinhos. Acho que temos que ser sérios, todos. E, nisto de ser sério, é preciso que nós baixemos um bocadinho as expectativas para não enganarmos as pessoas. E, baixar as expectativas, em relação a isto, de facto. O que é que é, de facto, um Serviço de Urgência Básico – acho que é assim que se chama. O que é que é? É que, não pensem que vem aí este mundo e o outro! A ser implementado, não pensem que a nossa vida passa a ser um «mar de rosas»! É preciso ser cego. Baixemos as expectativas; não agitemos fantasmas. É que o PSD local, em Mogadouro, é useiro e vezeiro em agitar bandeiras fantasmas: por vezes em colocar expectativas demasiado altas (quando lhe convém), noutras vezes, até – diria que – aproveitando a pouca informação de algumas pessoas, tentando explorar sentimentos muito mesquinhos. E posso dar aqui vários exemplos. Não quero estar a perder tempo com isso porque hoje o que está aqui em discussão é o problema das Urgências. Mas, se vamos ser sérios, um Serviço Básico de Urgência, ou de Urgência Básico, não é muito diferente daquilo que hoje existe, com um médico e um enfermeiro – não é muito diferente. Não estou a dizer que não o defendo – defendo-o e defendê-lo-ei sempre. Estou com a Câmara nesse sentido. Mas, é só para baixar as expectativas, para que depois não venham dizer: «olha, afinal isto não foi implementado», ou «então não aconteceu aquilo que estávamos à espera». Como um outro problema, e um argumento usado pelas pessoas que já foram aqui visadas – uns certos Deputados – de que não iria, que, eventualmente, não iria ser instalado o SUB em Mogadouro, teria a ver com os recursos – com a falta de recursos humanos. Eu já respondi claramente a isso e disse, e digo, e digo aqui, o argumento é ridículo porque não há recursos, ou não pode haver recursos, onde eles nunca foram instalados. É ridículo! Mas, atenção! Atenção! É que, de facto, não há recursos! É que, pelo que sei – embora não viva cá, em Mogadouro (venho cá de vez em quando) – pelo que sei, os recursos que cá existem (é forte, isto!) não querem trabalhar (mas é forte, é forte!) não estão disponíveis para desempenhar o serviço de Urgência. Isto é conhecido. As pessoas que aqui estão sabem-no. Aliás, nas reuniões que têm tido com a Coordenadora, estes assuntos são discutidos. Sabem-no! Os recursos humanos que há em

Mogadouro, alguns não estão disponíveis para desempenhar o papel que é pedido num Serviço de Urgência Básico. Esta é que é a realidade. Podem dizer: - ‘bom, está bem, mas se os que cá estão não querem trabalhar vamos buscá-los a outro lado qualquer; vamos buscar os médicos a outro lado qualquer’, não é? É verdade isso, também. Bom, mas só para dizer: é preciso baixar as expectativas em relação a isso, porque não se vai criar este mundo e o outro. Mas estou de acordo com o Serviço Básico de Urgência. Estou de acordo! Subscrevo as palavras do meu amigo Moreno, de que votaremos favoravelmente (se for posto à votação, não sei o que é que vai ser posto à votação – se é o Relatório Técnico, se é a Moção aprovada na Câmara Municipal, mas, se for uma ou outra, votamos as duas favoravelmente).” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida que se iria de imediato proceder à votação do Relatório que, no fundo, se consubstanciava também na Certidão enviada pela Câmara, disse. Lembrou que o que lhes estava a ser pedido era o parecer da Assembleia Municipal sobre o assunto. Procedeu-se então à votação do documento em apreço, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

----- Após anunciados os resultados da votação, foi pedido ao Segundo Secretário da Mesa da Assembleia que fizesse a leitura da Acta em minuta, a qual foi de seguida posta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente. -----

----- Às dezassete horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Elisa Pereira Contente Castro Felgueiras, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

O Presidente da Assembleia Municipal

(1)

(1) Esta Acta é constituída por 9.526 palavras, distribuídas por 21 páginas e 870 linhas.